

UM MÉTODO CRÍTICO DE ANÁLISE DA CONJUNTURA POLÍTICA



FRONT

UM MÉTODO CRÍTICO DE ANÁLISE DA CONJUNTURA POLÍTICA



FRONT

FRONT

UM MÉTODO CRÍTICO DE ANÁLISE DA CONJUNTURA POLÍTICA é uma publicação do **Front - Instituto de Estudos Contemporâneos** em parceria com o **IJF - Instituto de Justiça Fiscal**.

Ilustração da capa: Por Um Mundo Melhor 4/6 - Serigrafia de Gershon Knispel e Oscar Niemeyer.

Front - Instituto de Estudos Contemporâneos
CNPJ 32.071.049/0001-21
Rua Marechal Floriano Peixoto, 91/ 516 - Porto Alegre - RS
CEP 90020-061
www.front.org.br

UM MÉTODO CRÍTICO DE ANÁLISE DA CONJUNTURA POLÍTICA

FRONT - Instituto de Estudos Contemporâneos

SUMÁRIO

1. Apresentação	6
2. Definições introdutórias	7
2.1. Fatores de curto e longo prazo	8
2.2. Delimitação espaço-temporal	8
2.3. Aparência e essência	10
2.4. Conjuntura e previsão	11
3. Fundamentos do método: a concepção de sociedade	15
4. O projeto orgânico e suas partes	20
4.1. Bloco no poder	20
4.2. Forma estatal	24
4.3. Conteúdo hegemônico	27
4.4. Projeto econômico-social	29
5. Caracterização conjuntural do projeto orgânico	32
5.1. Construção	34
5.2. Consolidação	35
5.3. Reconfiguração	36
5.4. Crise orgânica	36
6. Mudança de conjuntura	38
6.1. Correlação de forças e projeto alternativo	40
7. Roteiro para o leitor	43
8. Sugestões de leitura	45

1. APRESENTAÇÃO

Este texto consiste em um material didático sobre análise da conjuntura política. Ele é voltado para pessoas que querem aprender um método ou para aqueles já experimentados que gostariam de aprimorar a sua forma de interpretação da realidade. Embora se apoie em conhecimentos científicos, este não é um texto acadêmico pois não busca desenvolver polêmicas teóricas nem pretende se restringir a iniciados. É um material voltado principalmente para a qualificação da ação política, entendendo que o conhecimento é condição necessária para a ação.

Algumas ressalvas se impõem de antemão. Não pretendemos apresentar “o” método, e sim “um” método de análise da conjuntura política, dentre outros existentes. Também não buscamos dar conta da análise da conjuntura em geral, e sim de aspectos estritamente políticos da conjuntura. Por isso, não trataremos da análise da economia, por exemplo, para a qual existem instrumentos específicos. Acreditamos que o que distingue o método aqui apresentados de outros é a sua clara filiação teórico-política, que parte de determinada visão de mundo, que não é a única e não se pretende imparcial. Buscamos oferecer um marco conceitual geral em que as análises adquirem um sentido mais abrangente, para além das informações que costumam ser recolhidas pelos observadores e das diversas opiniões que circulam por aí.

Os pensadores que fundamentam as ideias aqui apresentadas são os clássicos do marxismo, dentre eles Karl Marx, Friedrich Engels e Vladimir Lenin, mas além desses buscamos agregar contribuições de Antonio Gramsci, Nicos Poulantzas e Décio Saes para a compreensão dos fenômenos políticos dentro da tradição

marxista. O leitor notará a ausência de referências diretas aos autores ao longo do texto, escolha que adotamos para não tornar a leitura cansativa. Ao final de cada parte apresentamos um roteiro simples que pode ajudar o leitor a realizar a sua própria análise e ao final trazemos sugestões de leitura para aqueles que quiserem aprofundar o conhecimento dos temas tratados.

2. DEFINIÇÕES INTRODUTÓRIAS

Compreender a realidade em que estamos inseridos é condição primordial para a ação. Na estratégia militar, essa ideia se define pelo conhecimento do terreno e das forças inimigas. Já na política, este trabalho de reconhecimento é definido como análise de conjuntura. O objetivo da análise de conjuntura é dar subsídio para o posicionamento e para as ações adequadas, levando em conta evidentemente a estratégia formulada. Se bem feita, ela é um poderoso instrumento de compreensão da realidade. É com base na análise de conjuntura que se define a tática mais acertada para cada período.

A análise de conjuntura é um processo de conhecimento complexo que deve ser exercitado permanentemente. A palavra conjuntura tem o mesmo radical que os termos “conjunto” e “conjunção”. Trata-se do estudo de uma conjunção de fatores que estão em desenvolvimento num mesmo período de tempo. Ela é basicamente a análise de processos no curto prazo. Reparem que é “no” curto prazo e não “de” curto prazo. Isso porque alguns desses processos podem ter longa duração, embora sejam identificados na conjuntura. Ou seja, os processos analisados têm diferentes temporalidades, mas o nosso olhar delimita a análise numa temporalidade mais curta.

2.1. Fatores de curto e longo prazo

Há um desafio colocado neste tipo de abordagem, pois um dos pré-requisito para realizar uma boa análise de conjuntura é conhecer com certa profundidade a história e as condições estruturais da realidade que se está analisando. Isso permite-nos distinguir entre os fatores estruturais (longo prazo) e os fatores conjunturais (curto prazo) que estão atuando em dada conjuntura. Esta distinção é fundamental, para entendermos o alcance e a profundidade das transformações identificadas. Todavia, a capacidade de distinguir entre fatores de curto e longo prazo não é nada simples.

O problema é que a análise de conjuntura por si mesma não permite tal distinção. É por esse motivo que esse tipo de análise, embora lide com a curta duração, exige um bom tempo de estudo sobre a realidade que se pretende analisar.

2.2. Delimitação espaço-temporal

A análise de conjuntura não é uma observação pontual de acontecimentos recentes. Ela é na verdade um exercício sistemático e periódico de análise no curto prazo. Por isso, o ideal é estabelecer uma periodicidade pré-definida e criar a prática de fazê-la frequentemente. A razão deste proceder é que a análise de conjuntura visa sobretudo captar o movimento da política, movimento esse que envolve conflitos, acomodações, transformações e continuidades. Ela é mais como um filme que como uma foto. E esse movimento só pode ser captado com análises sistemáticas e periódicas. Além do movimento da política, esse método garante um aprimoramento do conhecimento, com a correção dos erros de

leitura anteriores, algo como uma calibragem que novas observações permitem realizar das análises anteriores. Por isso, registrar as análises de forma escrita é muito útil para contrastar futuramente as interpretações realizadas.

O primeiro passo é a delimitação espacial e temporal. A amplitude da conjuntura é motivo de polêmica. Trata-se certamente de um espaço curto de tempo, mas quão curto? Tudo depende realmente do ritmo das mudanças do período histórico em questão. Quando o tempo histórico se acelera, se torna necessário analisar a conjuntura com mais frequência; já em momentos de calma pode-se espaçar temporalmente a análise. As opiniões dos estudiosos sobre o tempo ideal variam bastante, indo de algo em torno de um mês a algo como cinquenta anos. Contudo, a fim de diferenciar a análise da conjuntura da análise de estrutura, sugerimos que ela não abarque um período menor que 1 mês nem maior que 10 anos. É apenas um critério mínimo de bom senso.

A delimitação espacial é igualmente indispensável. Afinal, pode-se estudar a conjuntura internacional, a nacional ou a regional, a depender do interesse, e deve-se levar em conta que a mudança de escala muda também os eventos relevantes que nos interessam.

ROTEIRO:

- Definir os limites geográficos e temporais da análise
- Estudar previamente os fatores estruturais da sociedade analisada

2.3. Aparência e essência

De forma geral, podemos considerar que a realidade é composta por dois níveis cognitivos: aparência e essência. A aparência é a parte mais facilmente perceptível, a superfície dos fenômenos. Algumas das principais dificuldades que enfrentamos para conhecer a fundo a realidade deve-se à natureza enganadora das aparências. A essência, por outro lado, inclui fatores que permanecem escondidos abaixo da superfície dos fenômenos e têm influência sobre eles e sobre os rumos da história. Essa diferença entre aparência e essência torna mais difícil o nosso trabalho de análise. Há um sério risco de permanecermos presos à aparência. Isso se deve a alguns motivos.

A aparência tem um grande apelo de realidade porque ela se fundamenta nos nossos sentidos imediatos. Conhecer a essência, por outro lado, depende de um esforço sistemático. O problema é que a nossa percepção individual é sempre parcial e compartimentada. A título de exemplo, todos os dias acordamos e vemos o sol viajar pelo céu até se pôr. A aparência nos diz que o sol se move em torno da terra, embora o conhecimento científico já tenha demonstrado que na verdade é a rotação diária da terra que produz esta impressão.

Além disso, as aparências envolvem também uma alta carga emocional. Uma vitória eleitoral, uma derrota trágica ou um fato extraordinário podem fazer-nos crer que de repente tudo mudou. A convicção, o otimismo, o desânimo e o medo produzem efeitos sobre a nossa leitura da realidade.

O fator emocional inclui também os nossos desejos e auto-ilusões. Frequentemente encontramos pessoas que fazem análi-

ses da conjuntura como se esse fosse um mero exercício de opinião ou o relato de impressões sobre os acontecimentos. Esse procedimento ignora as diferenças que existem entre aparência e essência e produz uma distorção na percepção da realidade. Ao contrário, a análise de conjuntura deve ser um exercício rigoroso de “análise concreta da situação concreta”, indo além dos nossos desejos, por mais que a realidade possa parecer desanimadora.

Outra dificuldade imposta pela tensão entre aparência e essência diz respeito ao acesso às informações. É importante entender que todas as informações que chegam ao nosso conhecimento vêm do passado. Algumas são de um passado mais distante, outras de um passado mais recente, mas todas restringem-se ao passado. Por isso, o nosso conhecimento do presente sempre terá inúmeras lacunas e será incompleto. O esforço que temos que fazer é exatamente o de reconstruir uma certa totalidade com base em informações insuficientes. Nesse sentido, é necessário aprender a conviver com essas lacunas e também saber selecionar as informações mais importantes. Afinal, o risco que se corre ao querer acessar todas as informações disponíveis é o de nunca terminar a análise.

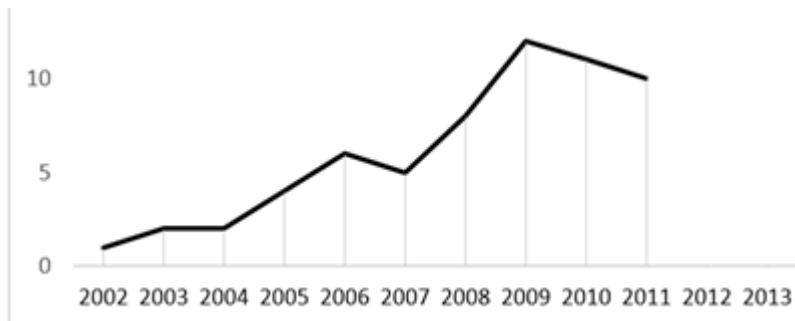
Por outro lado, devemos estar atentos às fontes de informações que utilizamos. Se nos contentamos somente com informações que nos chegam pelos veículos mais comuns corremos o risco de ficarmos presos às aparências e à propaganda ideológica dos grupos dominantes.

2.4. Conjuntura e previsão

Não é incomum que se pense que analisar a conjuntura é fazer previsões sobre o futuro. Mas não se trata disso. Como dito

acima, ela é o estudo de processos no curto prazo ocorridos no passado recente. Contudo, é evidente que compreender a conjuntura dá mais condições para alguém identificar certas tendências que estão em curso e que podem ter desdobramentos futuros.

Para refletir sobre a possibilidade de previsão, podemos supor inicialmente que algum dos fatores que estamos analisando pode ser reduzido a um gráfico de subida ou descida, como aparece abaixo.



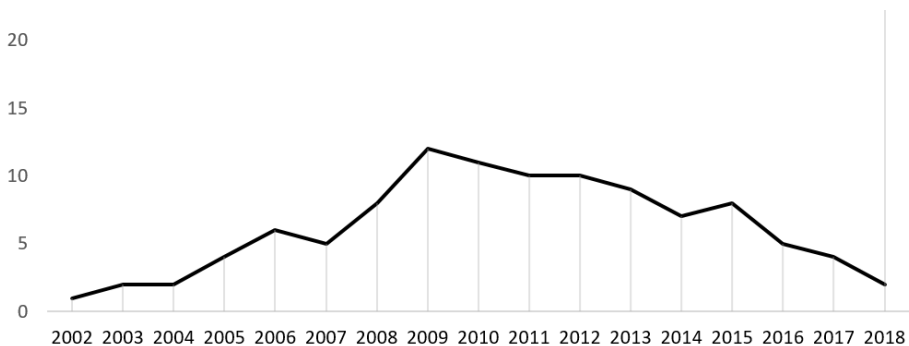
O gráfico apresenta a evolução de uma variável qualquer ao longo dos anos. É um exemplo hipotético. A variável em questão poderia ser o nível de conflito na sociedade, o apoio a determinado partido político, o número de greves etc.

Olhando a evolução dos dados entre 2002 e 2011 vemos que há uma tendência inicial de subida e a seguir de queda (após 2009). Um observador que estivesse vivendo no ano de 2011 e tivesse acesso apenas às informações dos últimos dois anos, chegaria à conclusão que a tendência histórica da variável é de decréscimo. Certamente se ele tivesse acesso aos dados dos anos anteriores a 2010 a sua visão sobre a conjuntura que ele vive seria diferente, pois ele perceberia que a tendência dominante de longo prazo é de crescimento.

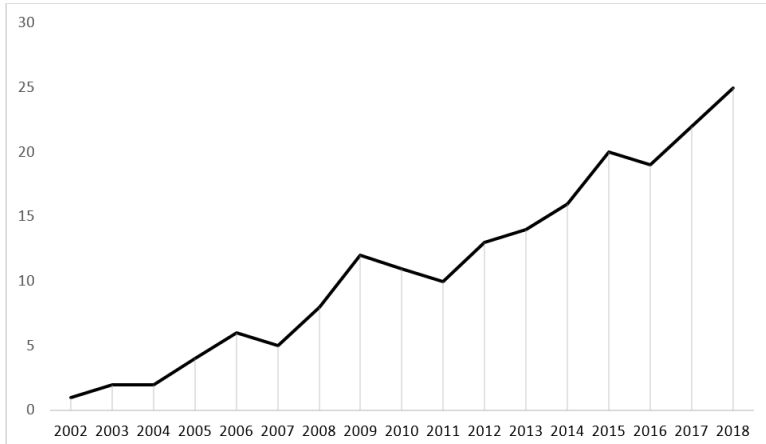
Agora pense que este mesmo observador que vive no ano de

2011 e já tendo conhecimento dos dados passados, tente prever o que ocorrerá nos anos seguintes. Aí então haveria duas possibilidades (A e B). Ele poderia considerar que a inflexão ocorrida em 2009, quando começou o decréscimo, passou a ser dominante a longo prazo e que isto continuará a ocorrer (possibilidade A). Ou seja, ele pode tomar o ano de 2009 como uma ruptura mais estrutural. Ou, ao contrário, ele pode considerar que o comportamento da variável durante os anos de 2009 a 2011 é conjuntural mas que a tendência a longo prazo continua sendo de crescimento (possibilidade B).

Possibilidade A



Possibilidade B



Como alguém que estivesse vivendo no ano de 2011 poderia saber o que aconteceria?

A resposta é simples e insatisfatória. Simplesmente não há como saber com certeza o desenvolvimento de acontecimentos futuros. O que podemos fazer é observar a evolução de um conjunto maior de variáveis para tentar formar um quadro mais completo da conjuntura e daí arriscar alguma previsão.

Note-se que o que chamamos aqui de previsão significa a indicação de tendências que podem se desenvolver no futuro. Não significa a previsão de acontecimentos pontuais, embora conhecer as tendências possa ajudar a visualizar alguns cenários e acontecimentos prováveis.

Mas há que se ter cuidado com isso. Afinal, uma das questões que se deve levar em conta é que o próprio conhecimento da realidade por um conjunto de pessoas pode gerar a modificação de tendências em curso. Quer dizer, na sociedade o observador tam-

bém é um sujeito histórico e aquilo que ele faz tem influência sobre os eventos futuros. Por isso, tudo depende da visão de sociedade e de história que se tem. Um estatístico certamente conceberá o futuro como resultado de probabilidades que podem ser conhecidas a partir do estudo de um amontoado de dados quantitativos do passado. Um fatalista verá o futuro sempre como predestinação, independentemente do que ocorra na conjuntura. Um pensador marxista, por sua vez, verá o futuro como um processo que envolve a interação das determinações do passado com as ações humanas presentes e futuras. É por essas e outras que antes de apresentar qualquer método de análise de conjuntura é imprescindível esclarecer de que visão de sociedade estamos partindo.

ROTEIRO:

- Mapear fontes de informações variadas
- Organizar um roteiro de trabalho, levando em conta a pesquisa, a organização do material e a escrita

3. FUNDAMENTOS DO MÉTODO: A CONCEPÇÃO DE SOCIEDADE

Qualquer análise de conjuntura envolve uma concepção de sociedade. Às vezes essa concepção não está explícita, mas ainda assim há alguma concepção por trás da interpretação dos fenômenos políticos. Para um liberal clássico a sociedade é vista basicamente como um ajuntado de indivíduos que buscam, cada um por sua conta, maximizar seus próprios ganhos. Para um estruturalista, a sociedade é concebida como um conjunto de estruturas que se autodesenvolvem e as pessoas nada mais são do que suportes que

reproduzem atributos estruturais. Assim, a visão do observador dará as bases daquilo que se considera importante de ser analisado e selecionará a forma de fazê-lo, bem como os acontecimentos e fatores relevantes.

A concepção de sociedade que fundamenta o método que expomos aqui é aquela desenvolvida por Marx e Engels, que ficou conhecida como materialismo histórico, materialismo dialético, ou marxismo. Não é nossa intenção fazer uma exposição detalhada do pensamento marxista. Gostaríamos de destacar apenas alguns aspectos relevantes para a interpretação da política dentro da tradição marxista.

No marxismo, a visão de sociedade está assentada sobre a noção de práxis. Em outras palavras, se o marxismo reconhece, por um lado, que há determinações e estruturas, por outro ele também concebe a história como um processo passível de intervenção humana consciente. A frase de Marx que sintetiza essa ideia é “Os homens fazem sua própria história, mas não a fazem sob as condições por eles escolhidas”. A práxis é justamente a unidade entre ação e reflexão, entre sujeito e estrutura, entre ser e consciência num determinado período histórico.

Além disso, para o marxismo a sociedade se constitui como uma totalidade organizada. Neste sentido, Marx buscou diferenciar didaticamente dois níveis da realidade social. Um primeiro seria o nível das condições materiais de existência e das relações econômicas, que ele chamou algumas vezes de base, estrutura ou infraestrutura da sociedade. Este nível abrange uma série de fatores, como a materialidade da vida humana, os bens de uso, a tecnologia disponível, distribuição espacial da população e dos recursos, a divisão da riqueza social, as formas de circulação e con-

sumo, as relações de produção e a divisão das classes sociais. O segundo nível da sociedade Marx chamou de superestrutura. Ele inclui a ideologia, os valores e crenças, as expressões culturais, as concepções jurídicas e políticas, e o Estado.

A separação da realidade social nesses dois níveis é resultado da própria natureza do capitalismo, que ao se desenvolver separa progressivamente as atividades econômicas dos fenômenos políticos e ideológicos, relegando-os a outra esfera da vida social. Esta divisão entre estrutura e superestrutura corresponde a dois tipos de análise que Marx desenvolveu ao longo de sua vida. Claramente as suas principais obras, especialmente *O Capital*, pretendiam interpretar a dinâmica da base da sociedade, mais precisamente as formas econômicas forjadas pelo capitalismo. Mas alguns outros escritos de Marx como *A guerra civil na França* e *O 18 Brumário de Luís Bonaparte* se concentraram na análise da dinâmica da superestrutura, destacando-se que ele foi um atento observador e intérprete das conjunturas de seu tempo. Ainda que esta seja uma divisão simples e relativamente esquemática, ela ajuda-nos a conceber a relação entre as diferentes fenômenos. Portanto, a nossa preocupação principal na análise da conjuntura política será a de compreender a dinâmica da superestrutura da sociedade. Para isso, é importante pensar sobre o papel que a superestrutura pode ter na manutenção ou transformação da ordem social.

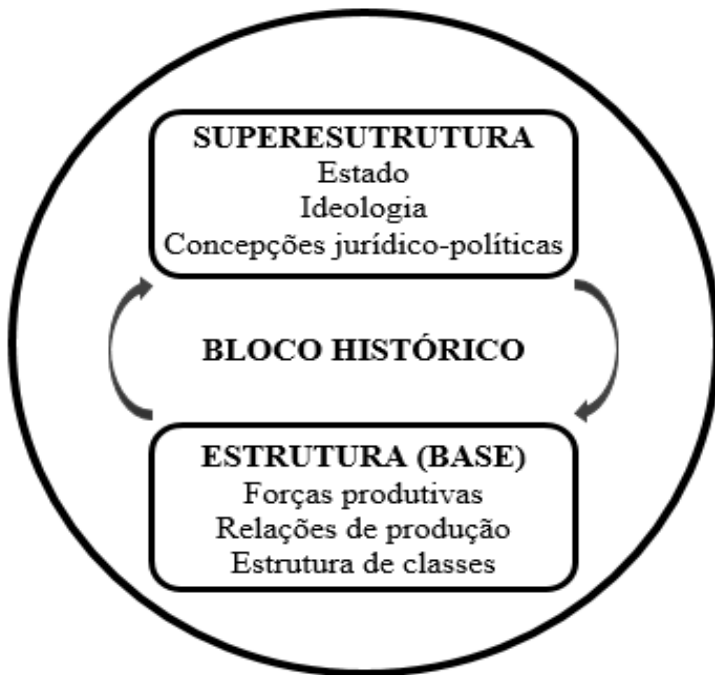
Marx enfatizou bastante a determinação da base sobre a superestrutura. Alguns autores trataram essa ideia como se ela representasse uma via mão única, como se determinação fosse sinônimo de unicausalidade. Posteriormente esta leitura foi revista e o seu sentido foi alargado, entendendo-se que a determinação

da base sobre a superestrutura significa a imposição de limites e o exercício de pressões. Em contrapartida, considera-se que a superestrutura tem uma autonomia relativa em relação à base, tendo sua própria história e dinâmica. Assim, a relação entre base e superestrutura pode ser entendida como uma relação dialética, onde de um lado a base impõe limites e exerce pressões sobre a superestrutura, e de outro em que a superestrutura organiza as forças e media as contradições e conflitos produzidos na base. Este processo pode gerar inúmeras contradições entre a dinâmica da base e a da superestrutura, defasagens temporais, atrasos, inadequações, recomposições, etc.

Um exemplo da unidade contraditória existente entre estrutura e superestrutura é o papel desempenhado pelas regras jurídicas que definem as formas legais de propriedade. Sabe-se que historicamente essas regras são a sistematização em forma de texto de um conjunto de práticas concretas de propriedade que se desenvolveu ao longo do capitalismo como modo de produção dominante no mundo moderno. No entanto, o estabelecimento de regramentos faz com que a disputa pela manutenção ou mudança das formas de propriedade econômica dependam também da disputa em torno da lei, ou seja, da superestrutura. Por isso, a luta de classes em relação à propriedade perpassa tanto a estrutura, quando se refere ao conjunto de práticas e à luta pela apropriação dos meios de produção, quanto a superestrutura, quando se refere ao estabelecimento de princípio e regras que sistematizam, regulamentam e controlam as práticas em dada sociedade.

Há portanto, em cada período histórico, uma determinada unidade contraditória entre estrutura e superestrutura que garante a reprodução da sociedade. Essa unidade contraditória forma

um bloco histórico, ou seja, um conjunto de características que são historicamente funcionais e verdadeiras para dada sociedade, e que oferecem certas possibilidades históricas de transformação mas que também impõem limites. Por outro lado, o bloco histórico se mantém enquanto a classe dominante é capaz de impor um projeto orgânico sobre o conjunto da sociedade. O projeto orgânico é uma determinada forma de organização da superestrutura durante um período histórico. A dinâmica deste projeto orgânico é o objeto central da análise conjuntura.



4. O PROJETO ORGÂNICO E SUAS PARTES

O projeto orgânico pode ser entendido basicamente como um conjunto de elementos da superestrutura que organizam as relações de poder na sociedade, conformando uma situação de equilíbrio instável que é capaz de se manter a médio ou longo prazo. Ao dizer que é uma situação de equilíbrio instável estamos afirmando que o projeto orgânico não extingue as contradições e conflitos, mas ele de certa forma consegue contê-los temporariamente num nível considerado aceitável para a classe dominante. Ou seja, o projeto orgânico é uma forma de organização política que apresenta-se à sociedade como se fosse natural e ideal em determinado período, sendo muito difícil contestá-lo.

O projeto orgânico é composto da unidade de quatro fatores: 1) Bloco no poder; 2) Forma estatal; 3) Conteúdo hegemônico; 4) Projeto econômico-social. A ordem em que apresentamos cada um desses fatores não reflete um grau maior ou menor de importância, pois todos eles atuam conjuntamente e simultaneamente na organização do projeto orgânico.

4.1. Bloco no poder

O bloco no poder é formado por um conjunto de classes e frações de classes que se articulam através de organizações e indivíduos que representam seus interesses.

O bloco no poder pode ser entendido como um condomínio, quer dizer, como um domínio político compartilhado entre diferentes grupos. Esses grupos, entendidos como classes ou frações de classe, são distintos porque a realidade econômica e social

produz diferentes interesses na sociedade. Além das classes fundamentais, a classe trabalhadora e a burguesia, sendo a primeira aquela que produz a riqueza social por meio do trabalho e a segunda aquela que apropria-se desta riqueza, temos também divisões internas. Assim, embora possamos afirmar que a burguesia tem certa unidade enquanto classe dominante, ela também tem seus fracionamentos: há os grandes capitalistas e os pequenos; há setores mais relacionados ao comércio, outros às atividades bancárias, e outros ainda às atividades produtivas; há setores mais vinculados ao mercado interno e outros ao mercado externo, etc. Cada uma dessas características produz fraturas internas na burguesia que não são de fácil solução. Em outros termos, a existência das classes e suas frações estão determinadas em grande parte pela estrutura econômica contraditória da sociedade capitalista. Esta estrutura produz também interesses fragmentados e contraditórios. Por isso, a constituição e ascensão de um bloco no poder é sempre um processo político de construção de unidade. E sendo um processo político, não é nem natural nem eterno, e ocorre principalmente no âmbito da superestrutura.

ALGUNS FATORES DE FRACIONAMENTO DA BURGUESIA

FUNÇÕES DO CAPITAL	Burguesia agrária
	Burguesia industrial
	Burguesia comercial
	Burguesia bancária-financeira
DIMENSÃO DO CAPITAL	Grande burguesia
	Média burguesia
	Pequena burguesia
RELAÇÃO COM O CENTRO	Burguesia externa
	Burguesia associada
	Burguesia interna
RELAÇÃO COM O MERCADO	Burguesia importadora
	Burguesia exportadora
	Burguesia voltada ao mercado interno

As organizações representativas das diferentes classes e frações podem ser partidos políticos, associações, grupos midiáticos, igrejas ou mesmo grupos burocráticos que atuam no âmbito da Estado. Alguns grupos são mais próximos das classes e frações que representam, como por exemplo as associações empresariais, e outros tem uma representação mais distante e mediada, como é

o caso das igrejas. Em algumas conjunturas, simples indivíduos são capazes de materializar temporariamente a representação dos interesses de certas frações, especialmente em momentos de crise.

Vale perceber que a relação entre as classes e frações e suas representações são contraditórias e algumas vezes fluídas. No nível da superestrutura o que vemos é uma luta entre organizações para conquistar o reconhecimento de ser representante de uma fração ou outra. Ou seja, a condição de representante não é natural nem permanente. Além disso, deve-se ter em conta que a dinâmica entre as organizações na superestrutura é definida frequentemente por contrastes, que incluem a ideia de esquerda e direita, de progressistas e conservadores, de desenvolvimentistas e neoliberais, dentre outras categorias. E essas disputas tem sua própria história. Por isso, podem haver embates no âmbito da superestrutura que não são orgânicas no sentido de que não refletem necessariamente contradições entre classes e frações, sendo muito mais conflitos entre organizações historicamente rivais.

Há que se notar também que a relação entre as classes e frações dentro do bloco no poder em geral não são igualitárias. Afinal o bloco no poder tem uma hierarquia interna e dentro dele há frações com mais poder que outras. Aliás, a luta entre as frações no interior do bloco no poder pode gerar instabilidades, forçando a reorganização do projeto orgânico ou, no extremo, a uma crise orgânica.

ROTEIRO:

- Identificar as classes e frações de classe que compõem o bloco no poder
- Verificar a hierarquia existente entre elas

- Conhecer as contradições entre as classes e frações que estão no bloco no poder
- Identificar as organizações e indivíduos que representam as classes e frações que estão compondo o bloco no poder
- Verificar o grau de organicidade (adesão) das classes e frações em relação aos seus representantes

4.2. Forma estatal

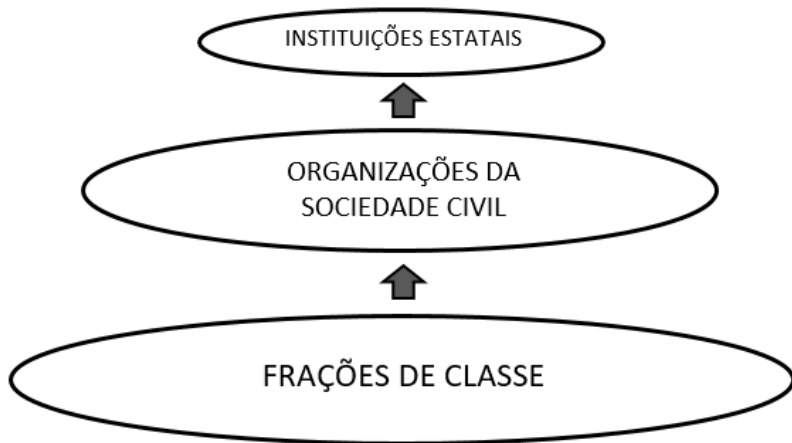
O bloco no poder não se forja no vazio. Pelo contrário, a sua constituição se dá num contexto onde atuam um conjunto de instituições e regras herdadas do passado que cumprem funções centrais de controle, manutenção da ordem, disseminação ideológica e organização da sociedade. A força dessas instituições e regras advém de dois fatores: do grau de coerção que elas são capazes de mobilizar para obrigar a maioria da sociedade à obediência, e do grau de consentimento, ativo ou passivo, dado por uma parte significativa da população.

A forma estatal estrutura-se em duas grandes esferas: o aparato estatal e a sociedade civil. Estas esferas podem ser entendidas como arenas organizadas em que as classes e frações de classe atuam mediadas por organizações e pessoas. O aparato estatal é o conjunto de instituições públicas, como os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, os agentes burocráticos, as forças policiais e as forças armadas, os órgãos de controle e execução de políticas públicas, etc. Mas essas não são as únicas organizações que exercem poder na sociedade. É evidente que as empresas de comunicação, por exemplo, também são órgãos que agem politicamente, embora não sejam formalmente aparatos do Estado. Instituições

desse tipo, consideradas privadas, fazem parte da sociedade civil, incluindo associações, sindicatos, ONGs, partidos, igrejas, etc.

Entre o aparato estatal e a sociedade civil há certo grau de interpenetração, pois ambos compartilham pautas em comum, e frequentemente o pessoal que atinge cargos importantes em instituições da sociedade civil acaba em algum momento atuando também dentro de organizações estatais. Ou seja, há uma separação de funções e forma de atuação entre aparato estatal e sociedade civil, mas tanto um quanto outro são disputados pelas classes e frações e detém certos recursos importantes para a luta política.

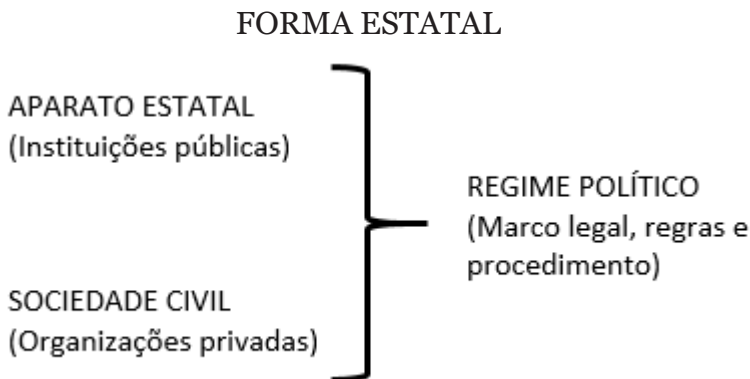
NÍVEIS DE MEDIAÇÃO DAS FRAÇÕES DE CLASSE NA SUPE- RESTRUTURA



O aparato estatal e a sociedade civil, por sua vez, são regidos por um conjunto de regras que denominamos de regime político. Na maioria dos países o regime político está materializado no tex-

to constitucional e num conjunto de leis que definem os princípios gerais de convívio, as formas de acesso à propriedade, os direitos e deveres dos cidadãos, as formas legais de disputa pelo poder, os órgãos de controle e vigilância, as penalidades para aqueles que desobedecem, etc. No entanto, vale ressaltar que apesar de expressar-se em leis escritas, o regime político é o conjunto de procedimentos padronizados e socialmente aceitos em determinado período que definem o exercício da política. Isso é importante porque há situações em que o regime político muda ainda que as regras escritas permaneçam as mesmas.

O regime político regra alguns aspectos básicos da vida política: define por exemplo a forma de representação política, as regras de disputa pelo poder, e define também o grau e intensidade de uso da coerção aceitável. Por isso, o regime político acaba impondo certas restrições para a atuação das forças que estão no bloco no poder, assim como abre certas possibilidades para as forças que estão fora do poder, e ambas precisam adequar-se ao regime vigente ou tentar modificá-lo. O regime democrático, por exemplo, tende a limitar o uso da coerção se comparado aos regimes de tipo ditatorial.



ROTEIRO:

- Identificar as contradições existentes entre o aparato estatal e a sociedade civil
- Conhecer quais os instrumentos coercitivos podem ser utilizados pelo bloco no poder
- Caracterizar o regime político
- Perceber o grau de consolidação do regime político
- Identificar quais são as restrições que o regime político impõe ao bloco de forças no poder
- Reconhecer as formas e o grau de consentimento e de contestação ao regime político

4.3. Conteúdo hegemônico

Podemos entender como conteúdo hegemônico o conjunto de crenças, valores e orientações ideológicas que dirigem o projeto orgânico. O bloco no poder não atua de forma unicamente instrumental, não age buscando apenas seus interesses imediatos, mas se movimenta também em nome de princípios gerais que contam com graus variados de adesão da sociedade. Os interesses de classe são traduzidos em crenças, valores, condutas e num lastro cultural que tem a capacidade de mobilizar a afetividade das pessoas. Isto ocorre porque as classes são compostas por pessoas reais, que carregam não apenas interesses mas também visões de mundo. Ou seja, devemos tomar cuidado para não simplificar demasiadamen-

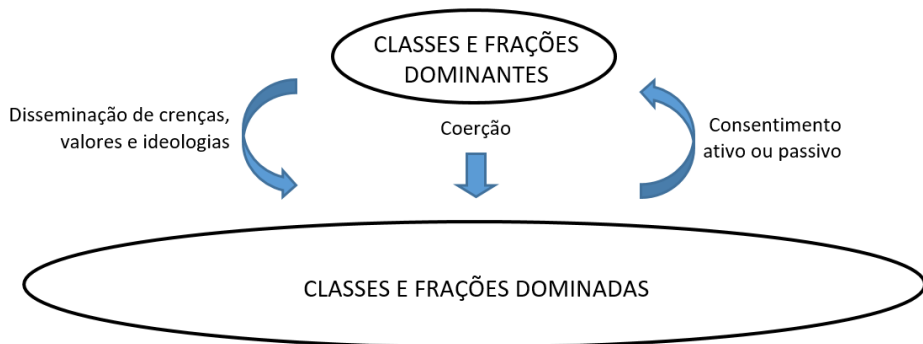
te a realidade acreditando que as classes agem com pura racionalidade e frieza. Afinal, as emoções também definem parte da conduta das classes sociais. Por isso, deve-se buscar conhecer os valores e crenças que estão por trás das ações dos sujeitos coletivos.

A hegemonia é exatamente a capacidade do bloco no poder de disseminar suas ideias, valores e crenças e com eles sua visão de mundo para o restante da sociedade. A ordem, o progresso, o desenvolvimento econômico, a prosperidade, o fortalecimento da nação, a tradição, a hierarquia, a pureza racial, a honra, a glória de deus, a livre-competição, a justiça social, a igualdade são exemplos de valores que podem estar disputando a hegemonia na sociedade. Em determinadas conjunturas, onde predomina um projeto orgânico, uma visão de mundo prevalece sobre as outras. Ao mudar o projeto orgânico, mudam também os valores e crenças que o sustentam.

A adesão ao conteúdo hegemônico garante o consentimento ativo ou passivo da maioria da sociedade à dominação existente. Dessa forma, a dominação do bloco no poder ganha aparência de naturalidade e adquire ares de vontade da maioria. Além de disseminar a sua visão de mundo, o bloco no poder tem também a capacidade de apropriar-se de expressões culturais subalternas de forma a neutralizar sua capacidade contestatória. A hegemonia é a mobilização de sentimentos profundos das massas, que estão muitas vezes fora do âmbito da racionalidade, ligando-se às expressões afetivas. A luta cultural, portanto, é árdua e cheia de ambiguidades tanto para as classes dominantes quanto para as dominadas. No entanto, jamais haverá uma sociedade com consenso absoluto, de forma que é necessário estar atento para a existência de conflitos de ordem ideológica que envolvem disputas culturais de crenças e

valores. Essas disputas, portanto, não são secundárias, pelo contrário, o seu desfecho pode contribuir decisivamente para a reprodução ou a crise do projeto orgânico.

EXERCÍCIO DA HEGEMONIA



ROTEIRO:

- Conhecer as crenças, valores e orientações ideológicas hegemônicas
- Identificar o grau de adesão da sociedade a essa visão de mundo
- Conhecer as visões de mundo dissidentes

4.4. Projeto econômico-social

Como todos sabemos, o capitalismo é o modo de produção global que predomina na nossa sociedade. Construir uma ordem social superior que seja capaz de superá-lo é o objetivo da perspectiva revolucionária. Contudo, o capitalismo em sua manifestação concreta e histórica se apresenta com inúmeras particularidades.

Ao longo da história tivemos diferentes formas de organização interna e de articulação internacional desse modo de produção. Além disso, há variações no padrão de reprodução do capital de acordo com a localização geográfica. Nas regiões periféricas do sistema, por exemplo, predominam padrões de superexploração do trabalho e dependência, enquanto nos centros tende a predominar um padrão de capitalismo com traços mais civilizados.

Além das variações geográficas e históricas, há que se considerar a capacidade do bloco no poder orientar o desenvolvimento do capitalismo em favor de certas frações da classe dominante e em detrimento de outras. Ou seja, há que se levar em conta a capacidade do bloco no poder dirigir, até certo ponto, o processo econômico, ainda que esta direção seja precária porque o capitalismo é marcado pela competição desenfreada e por contradições intrínsecas. Chamamos de projeto econômico-social esta orientação que o bloco no poder busca dar ao capitalismo em determinado território num momento histórico específico.

O projeto econômico-social abrange uma série de aspectos: as taxas de investimentos, a política salarial, as exportações, a infraestrutura, a política educacional, os investimentos em serviços públicos, etc. O projeto econômico-social também é condição relevante para a conformação do bloco no poder e sua hierarquia interna, pois ele define a distribuição do excedente econômico entre as classes sociais e entre frações. Assim, pode-se ter um projeto econômico-social mais equitativo ou mais concentrador. O projeto econômico-social também está estreitamente vinculado ao conteúdo hegemônico que o projeto orgânico carrega porque dele depende a intensidade da exploração das classes trabalhadoras, os padrões de vida, o grau de liberdade e de direitos da maioria da po-

pulação, ou seja, o modelo civilizacional de determinada sociedade que precisa estar em conformidade com as suas crenças e valores.

O Estado cumpre um papel importante na execução do projeto econômico-social. O bloco no poder mobiliza através do aparato estatal uma série de instrumentos como a legislação, as políticas públicas, os órgãos de gestão e controle, o orçamento público, o sistema tributário, o controle monetário e tantas outras áreas e instrumentos que envolvem a distribuição de bens, pessoas e recursos materiais. Além disso, o Estado também tem instrumentos para mediar o tipo de inserção da economia nacional no sistema internacional, reforçando ou atenuando os laços de dependência e da extração de riquezas da periferia para os centros do capitalismo global. Assim, podem haver projetos econômico-sociais mais subalternos à ordem internacional ou aqueles que buscam um maior grau de autonomia relativa do desenvolvimento nacional.

ROTEIRO:

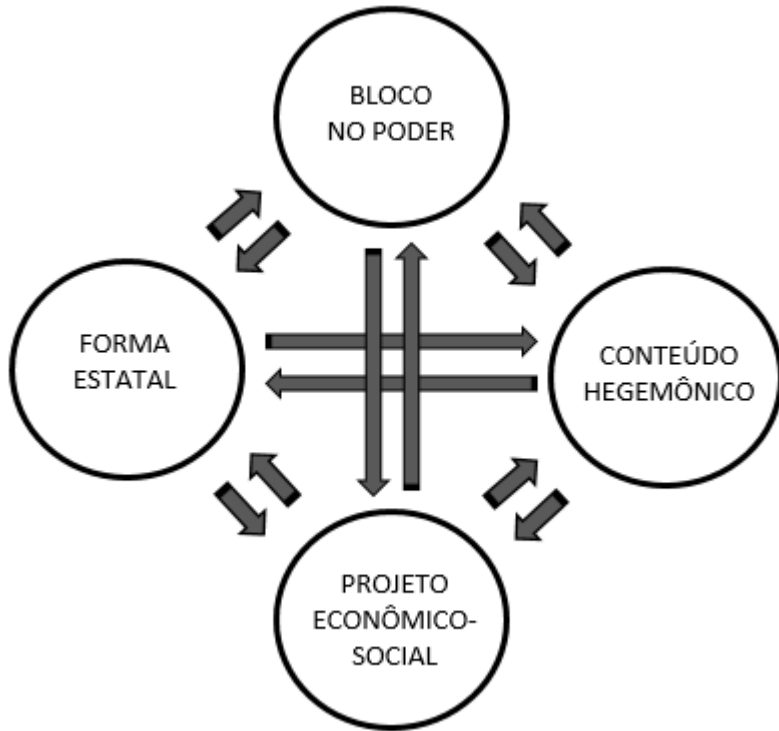
- Caracterizar o projeto econômico-social do bloco no poder
- Identificar o padrão de atuação do Estado na construção do projeto econômico-social.
- Identificar as classes e frações mais beneficiadas e mais prejudicadas por este projeto
- Definir o conteúdo distributivo do projeto econômico-social. É mais equitativo ou mais concentrador?
- Caracterizar o padrão de inserção internacional do projeto econômico-social. É mais subalterno ou mais autonomista em relação à ordem internacional? Vincula-se mais a que centros do capitalismo global?

- Mapear as contradições entre o projeto econômico-social e o conteúdo hegemônico difundido pelo bloco no poder

5. CARACTERIZAÇÃO CONJUNTURAL DO PROJETO ORGÂNICO

Bem, a partir das ideias expostas acima, tomando como centro o conceito de projeto orgânico a partir do qual o poder se estrutura na sociedade, podemos retomar a discussão que iniciamos sobre o método de análise. Agregando o que vimos até agora, podemos dizer que a análise de conjuntura é a leitura da situação momentânea pela qual está passando o projeto orgânico, o seu momento conjuntural. Não podemos esquecer que os fatores descritos até agora não operam na realidade de maneira separada, como se fossem independentes uns dos outros. Na verdade, esta divisão faz parte de um momento analítico, ou seja, do estudo das partes, que deve ser seguido do momento de síntese, que é a recomposição da totalidade daquilo que foi analisado. Assim, o estudo da conjuntura deve dar conta dos vários fatores que compõem a dominação política, como bloco no poder, forma estatal, conteúdo hegemônico e projeto econômico-social, mas visa compreender e caracterizar a totalidade dessa dominação, que é o próprio projeto orgânico vigente em determinado período histórico.

PROJETO ORGÂNICO



Todavia, como dissemos, com essa análise pretendemos apreender o movimento da política. Neste sentido, sistematizamos quatro situações típicas pelas quais pode passar o projeto orgânico e que ajudará o leitor a caracterizar o momento conjuntural que está estudando. São eles: a construção, a consolidação, a reconfiguração e a crise orgânica.

5.1. Construção

A conjuntura de construção de um projeto orgânico é aquela que sucede um período de crise orgânica. Todo projeto estabelecido tem um período de início. O principal sinal de que estamos num momento de construção é a sensação de que as estruturas podem ser modificadas ao bel prazer da vontade humana e que, portanto, os sujeitos fazem história, de que a ação humana é decisiva para os rumos da sociedade. O termo construção expressa exatamente este sentimento, onde o tempo histórico parece se acelerar e coloca-se o desafio de impor novas estruturas de dominação à sociedade.

Alguns indicativos de que se vive uma conjuntura de construção do projeto orgânico é a profundidade das transformações vivenciadas: vê-se um novo bloco alçando ao poder; com ele, percebe-se a estruturação de uma nova forma estatal, de um novo conteúdo hegemônico e um projeto econômico-social. É um processo de afirmação e tentativa de universalização de valores e princípios, de exercício decisivo da coerção sobre as classes dominadas, de estruturação das regras e procedimentos e da busca deliberada de controle e orientação da economia por um novo projeto econômico-social. O projeto orgânico neste momento ainda não aparece como algo natural e imutável. Pelo contrário, pode apresentar-se como uma situação de luta aberta e afirmação da supremacia de um bloco sobre o restante da sociedade com o emprego construtivo da violência. Por seu sentido de afirmação, o projeto que se impõe pode aparecer também como um movimento inelutável da história que parece conspirar para o surgimento de uma nova ordem.

5.2. Consolidação

A conjuntura de consolidação é aquela que representa o auge de um projeto orgânico. O principal sinal de que se vive uma situação de consolidação é o sentimento de que a ordem apresenta-se como natural e eterna, ou seja, o projeto orgânico aparenta ser a organização política ideal e a única possível. Na situação de consolidação é muito difícil para os sujeitos sociais vislumbrar uma alternativa fora do que existe, pois é o momento em que o projeto orgânico mostra toda a sua força.

Alguns indicativos de que se vive uma conjuntura de consolidação é a baixa intensidade dos conflitos no interior do bloco no poder e o alto grau de consentimento das classes e frações dominadas; o bloco no poder consegue apresentar a sua posição hierárquica como natural; o regime político se mostra eficiente e é capaz de resolver os conflitos sociais sem abalar a ordem vigente, o que se reflete no sentimento de que a governabilidade é funcional e eficiente; o projeto econômico-social é capaz de realizar os interesses de todas as frações dominantes e de compensar com relativo sucesso as frações subalternas bem como as classes dominadas, garantindo sua adesão ao projeto orgânico. Subjetivamente, o sentimento geral predominante no momento de consolidação do projeto orgânico é o de que a história chegou ao seu ápice.

Vale lembrar, no entanto, que nenhum projeto orgânico nos marcos do capitalismo é capaz de abolir as contradições da sociedade. Por mais consolidado que esteja um projeto, ainda assim se mantêm as lutas e dissidências que o levarão inevitavelmente ao seu esgotamento.

5.3. Reconfiguração

A situação de reconfiguração do projeto orgânico apresenta-se sempre como um desafio cujo desfecho está em andamento. É uma situação onde as contradições internas se intensificam e aparecem questionamentos sobre o funcionamento do projeto. Há movimentação interna e há consciência do bloco no poder de que mudanças são necessárias ou estão em andamento.

Alguns indícios de que se está numa conjuntura de reconfiguração do projeto orgânico são: aparecem fissuras internas no bloco no poder e movimentações na sua hierarquia interna; certos aspectos da forma estatal e do regime político passam a ser questionadas e exigem modificações; surgem problemas de governabilidade; o conteúdo hegemônico passa a ser contestado e precisa ser atualizado; o projeto econômico-social passa a criar e fortalecer dissensos.

A conjuntura de reconfiguração do projeto orgânico pode ser entendida como um período de modificações sem que o bloco no poder perca a direção do processo. Ainda assim, é uma situação ambígua e perigosa, pois sempre há o risco de que o bloco no poder perca o controle da situação e abra-se um período de crise orgânica.

5.4. Crise orgânica

As conjunturas de crise orgânica são aquelas em os agentes sociais tomam consciência de que se abriram novas possibilidades para o desenvolvimento histórico. Os fatores que compõem o projeto orgânico parecem estar fora de lugar e são contraditórios entre si. É um momento em que nenhum arranjo de poder proposto parece

dar conta das contradições que surgem. Tem-se a sensação de uma crise política permanente que parece não ter solução a curto prazo.

Alguns indícios de que se está numa conjuntura de crise orgânica são: o projeto orgânico parece estar ultrapassado e mostra-se incapaz de dar conta das contradições que surgem; há conflitos intensos no interior do bloco no poder e já não está mais clara qual é a sua hierarquia interna; há uma ruptura mais ou menos geral entre as classes e frações em relação às suas representações; o Estado parece desorganizado e sem centro. Pode haver intensificação da desordem social e uma escalada repressiva. O regime político não é mais respeitado; há uma crise ideológica, com disputa ou perda de referência geral de crenças e valores que afeta o conteúdo hegemônico do projeto orgânico, perdendo-se o consenso sobre o sentido histórico da sociedade; o projeto econômico-social aparece como uma luta pelos despojos da riqueza da sociedade; perde-se a noção de cooperação social.

RESUMO DAS CARACTERÍSTICAS CONJUNTURAIS

	CONSTRUÇÃO	CONSOLIDAÇÃO	RECONFIGURAÇÃO	CRISE
BLOCO NO PODER	Em ascensão;	Coeso;	Em disputa	Fraturado; em decadência
FORMA ESTATAL	Em implementação	Estruturado; coerente	Em reorganização	Balkanização; incoerente
CONTEÚDO HEGEMÔNICO	Em afirmação	Consenso naturalizado	Consenso parcial	Em contestação
PROJETO ECONÔMICO-SOCIAL	Em estruturação	Estruturado	Em transformação	Em rapina

ROTEIRO:

- Identificar em que momento conjuntural se encontra o projeto orgânico (construção, consolidação, reconfiguração ou crise)

6. MUDANÇA DE CONJUNTURA

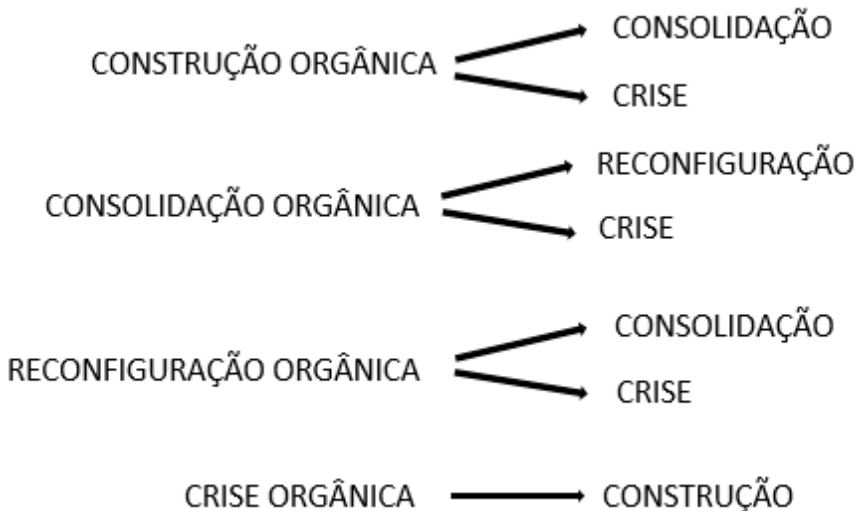
Bom, sendo um esquema mais ou menos didático, as caracterizações feitas acima podem não aparecer concretamente com todos os aspectos mencionados. A utilidade desses esquemas é a de ajudar na interpretação da conjuntura política, pois esta depende da capacidade de ler adequadamente as tendências em curso. Na análise de conjuntura, as informações são matéria-prima para a interpretação da situação vivida pelo projeto orgânico.

Há que se ter em conta que os padrões apresentados não significam qualquer sugestão de que a realidade pode tornar-se completamente estática ou completamente fluida. As caracterizações feitas representam muito mais a predominância de certas características do que a estabilidade ou a instabilidade absoluta. Afinal, não esqueçamos que o conhecimento da sociedade não se presta à ciência exata.

As diferentes conjunturas não seguem nenhuma ordem de sucessão necessária e não há um tempo de duração previamente definido para cada um. Cada uma das conjunturas apresentadas pode durar poucos anos, ou ultrapassar uma década, até que mude sua natureza. Elas são padrões, modelos simplificados para fins didáticos que nos ajudam a caracterizar uma conjuntura específica e seus possíveis desdobramentos. Assim, pode haver uma

situação duradoura de crise orgânica sucedida por um momento de construção e consolidação de um novo projeto. Algumas vezes, um momento de construção de um novo projeto pode fracassar e reverter-se em nova crise, ou uma tentativa de reconfiguração do projeto pode sucumbir numa crise. Ou, ainda, um projeto consolidado pode reconfigurar-se diversas vezes sem reverter-se numa crise orgânica. Quer dizer, a passagem de uma conjuntura para outra depende da correlação das forças sociais e das ações dos sujeitos na história.

POSSÍVEIS SUCESSÕES CONJUNTURAIS



Da mesma forma, não existe uma regra que explique as mudanças de um cenário para outro. Tais mudanças podem ser disparadas por uma série fatores e às vezes é até difícil identificar os que são decisivos: pode ser uma oscilação no cenário econômico,

um novo padrão de atuação de alguma das frações que participam do bloco no poder, a intensificação da luta das classes dominadas, o surgimento de novas referências ideológicas na sociedade, influências de países vizinhos ou questões geopolíticas, e até mesmo catástrofes ambientais podem disparar uma mudança de cenário, forçando o projeto orgânico à reconfiguração interna ou levando-o à crise. Ainda assim, podemos constatar que o fator que sintetiza o conjunto de contradições da sociedade é a luta de classes, tanto no nível da luta entre as classes dominantes e as dominadas, quanto no nível da luta interna entre frações das classes dominantes. É o desfecho desta luta que define o desenvolvimento da conjuntura.

6.1 Correlação de forças e projeto alternativo

Olhar a conjuntura do ponto de vista do projeto orgânico significa considerá-la a partir de quem domina. A contrapartida deste olhar é igualmente importante, assim temos que estudar a conjuntura também do ponto de vista dos dominados. Se toda e qualquer ordem tem contestação e jamais é absoluta, ao contrário do que certas ideologias dão a entender, há que se levar em conta a forma de organização e o projeto dos dominados.

A luta de classes sintetiza e traduz no plano da consciência social e das ações políticas as contradições de fundo da sociedade. Esta luta compõe determinada correlação de forças, ou seja, de dois grandes campos em disputa: o campo que defende o projeto orgânico existente e o campo que contesta ou combate o projeto existente. Cada um dos campos tem um grau variado de clareza das condições de luta, de nível de organização, e de disponibilidade de recursos que podem mobilizar e que definem isso que

estamos chamando de correlação de forças. Em certos períodos, como naqueles momentos de consolidação do projeto orgânico, a correlação de forças é mais favorável às forças que compõe o bloco no poder. Já nos períodos de crise orgânica o bloco no poder está desmantelado e abre-se a possibilidade de afirmação das forças de contestação da ordem.

Se do ponto de vista econômico a luta de classes tem sua motivação original na disputa pela apropriação da riqueza social, na política esta correlação se materializa na disputa entre o projeto orgânico e a possibilidade de construção de um projeto alternativo. Portanto o projeto orgânico sempre tem uma contrapartida, que é um projeto alternativo, sendo ele real ou ainda em potencialidade. Sem um projeto alternativo a luta de classes tende a produzir crise orgânica, mas não produz um novo projeto orgânico. Assim, enquanto as forças opositoras estão em período de resistência, é difícil que sejam capazes de conceber um projeto alternativo mais ou menos coerente. Contudo, na medida em que a luta de classes se desenvolve e que as contradições do projeto orgânico afloram, a construção de um projeto alternativo vai tornando-se mais viável. Neste momento, então, a luta de classes passa se organizar como uma luta entre projetos.

O projeto alternativo tem todos os requisitos de um projeto orgânico. Para viabilizar-se historicamente ele precisa constituir um bloco no poder alternativo, uma forma estatal alternativa, um conteúdo hegemônico alternativo e um projeto econômico-social alternativo. A existência de um projeto alternativo altera a dinâmica do bloco no poder. Se por um lado, as classes dominadas podem tentar fraturar o bloco no poder a fim de enfraquecê-lo e, ocasionalmente, cooptar uma parte das forças deste bloco para o

seu próprio projeto alternativo, por outro, as frações dominantes que compõem o bloco no poder podem vir a buscar apoio e alianças com setores do bloco alternativo para fortalecerem-se em sua luta interna.

O “alternativo” pode ter diferentes conteúdos. Tudo depende de quais os interesses de classe que orientam a sua construção. Pode haver por exemplo um projeto alternativo dirigido por frações dissidentes do bloco no poder. Sendo elas frações da classe dominante, os interesses que o projeto alternativo tende a expressar são ainda interesses de parcelas da burguesia. Em contraste, pode haver também um projeto alternativo dirigido pelas classes exploradas da sociedade capitalista, e este tende a expressar seus interesses. Portanto, em determinadas conjunturas pode predominar projetos alternativos com diferentes graus de radicalidade no que diz respeito à contestação da ordem.

ROTEIRO:

- Visualizar as possíveis mudanças conjunturais que a situação atual aponta
- Caracterizar a natureza de classe do projeto alternativo
- Conhecer a correlação de forças entre o projeto orgânico e o projeto alternativo

7. ROTEIRO PARA O LEITOR

- Definir os limites geográficos e temporais da análise
- Estudar previamente os fatores estruturais da sociedade analisada
- Mapear fontes de informações variadas
- Organizar um roteiro de trabalho, levando em conta a pesquisa, a organização do material e a escrita
- Identificar as classes e frações de classe que compõem o bloco no poder
- Verificar a hierarquia existente entre elas
- Conhecer as contradições entre as classes e frações que estão no bloco no poder
- Identificar as organizações e indivíduos que representam as classes e frações que estão compondo o bloco no poder
- Verificar o grau de organicidade (adesão) das classes e frações em relação aos seus representantes
- Identificar as contradições existentes entre o aparato estatal e a sociedade civil
- Conhecer quais os instrumentos coercitivos podem ser utilizados pelo bloco no poder
- Caracterizar o regime político
- Perceber o grau de consolidação do regime político
- Identificar quais são as restrições que o regime político impõe ao bloco de forças no poder
- Reconhecer as formas e o grau de consentimento e de contestação ao regime político
- Conhecer as crenças, valores e orientações ideológicas hegemônicas

- Identificar o grau de adesão da sociedade a essa visão de mundo
- Conhecer as visões de mundo dissidentes
- Caracterizar o projeto econômico-social do bloco no poder
- Identificar o padrão de atuação do Estado na construção do projeto econômico-social.
- Identificar as classes e frações mais beneficiadas e mais prejudicadas por este projeto
- Definir o conteúdo distributivo do projeto econômico-social. É mais equitativo ou mais concentrador?
- Caracterizar o padrão de inserção internacional do projeto econômico-social. É mais subalterno ou mais autonomista em relação à ordem internacional? Vincula-se mais a que centros do capitalismo global?
- Mapear as contradições entre o projeto econômico-social e o conteúdo hegemônico difundido pelo bloco no poder
- Identificar em que momento conjuntural se encontra o projeto orgânico (construção, consolidação, reconfiguração ou crise)
- Visualizar as possíveis mudanças conjunturais que a situação atual aponta
- Caracterizar a natureza de classe do projeto alternativo
- Conhecer a correlação de forças entre o projeto orgânico e o projeto alternativo

8. SUGESTÃO DE LEITURAS:

Método de análise de conjuntura

SOUZA, Herbert de. Como se faz análise de conjuntura. 16^a ed. Petrópolis: Vozes, 1996.

Concepção de sociedade no marxismo

MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. Manifesto comunista. São Paulo: Boitempo, 2007.

MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. Prefácio. In: _____ . Contribuição à crítica da economia política. 2^a ed. São Paulo: Expressão popular, 2008.

HUBERMAN, Leo. História da riqueza do homem. 21^a ed. Rio de Janeiro: LTC, 1986.

Aparência e essência no marxismo

KOSIK, Karel. Dialética do concreto. 7^a ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

Classes e frações de classe

SAES, Décio. Considerações sobre a análise do sistema de classes. In: Marxismo e Ciências humanas. São Paulo: Fapesp, 2003.

Bloco histórico

GRAMSCI, Antonio. Cadernos do Cárcere. Rio de Janeiro: Civilização brasileira (diversos volumes)

PORTELLI, Hugues. Gramsci e o bloco histórico. 6^a ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

Hegemonia

GRAMSCI, Antonio. Cadernos do Cárcere. Rio de Janeiro: Civilização brasileira (diversos volumes)

GRUPPI, Luciano. O conceito de hegemonia em Gramsci. 4^a ed. Rio de Janeiro: Graal, 2000.

Estado e bloco no poder

LENIN, Vladimir. O Estado e a revolução. Campinas: UNICAMP, 2011.

SAES, Décio. O conceito de Estado burguês. In: _____. Estado e democracia: ensaios teóricos. 2^a ed. Campinas: Unicamp, 1998.

POULANTZAS, Nicos. Estado, poder y socialismo. Buenos Aires: Siglo XXI, 2005.

Práxis

VÁZQUEZ, Adolfo Sánchez. Filosofia da práxis. São Paulo Expressão Popular, 2011.

